

# Contagem de votos se intensifica na véspera

BRASÍLIA — A contagem de votos, que nos últimos dias já vinha ocupando tanto os pefelistas favoráveis aos cinco anos quanto os que defendem eleições em 1988, intensificou-se ontem, às vésperas da votação, num trabalho conjunto com líderes dos dois grupos no PMDB. Pelos quatro anos, eram reconhecidas dificuldades: as contas apontavam para um total de 45 votos na Comissão de Sistematização, sendo apenas cinco do PFL.

Na ala dos cinco anos, comandada no partido pelos Ministros das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e pelo Líder José Lourenço, os cálculos eram mais otimistas. Auxiliavam no trabalho os Deputados Inocêncio de Oliveira (PE), Eraldo Tinoco (BA) e Luís Eduardo Magalhães (BA), encarregados, sobretudo, de buscar votos nos segmentos pefelistas incompatibilizados com Lourenço.

— Temos 55 votos na Sistematização, sendo 21 do PFL — garantia Lourenço, ontem à tarde, ao mesmo tempo em que enaltecia a participação do Ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana, na busca de novos votos. — O Prisco e o João Alves, do Interior, deram um novo ânimo ao Governo.

Os números que citou são, porém, considerados excessivamente otimistas por outros membros do comando do grupo dos cinco anos, que acreditam ter, no máximo, 48 votos, sendo 19 do PFL.

Em meio à batalha de bastidores, que representou uma verdadeira campanha de boca-de-urna, rumores sobre sua possível mudança de voto levaram o Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) a divulgar uma nota, firmando sua opção e relacionando seus motivos:

— Num curtíssimo período de tempo, erros e omissões do Governo fizeram com que ele perdesse a confiança da sociedade, que é fundamental para o processo de transição. E, quando a confiança é perdida, qualquer medida deixa de ter a eficácia necessária para atingir seus objetivos — disse Dornelles, na nota, ao explicar por que anteriormente se manifestara a fa-



Prisco: pelos cinco anos



Dornelles: nova opinião

vor do mandato de seis anos para o Presidente Sarney. Admitiu, contudo, a possibilidade de rever sua posição, diante de "um fato político novo capaz de unir os brasileiros em torno do bem comum de toda a sociedade".

Esclarecendo que sua opinião não envolve qualquer "motivo pessoal, muito menos relativamente à figura do Presidente José Sarney", Dornelles disse que se manifestava agora "como constituinte preocupado com a preservação da ordem legal e com a institucionalização definitiva da democracia".

— Diante do quadro político atual, a realização de eleições em 1988 representa um anseio nacional — disse o Deputado, considerando que "seja por erros no campo político, seja por erros no campo econômico, a segurança, a confiança e a tranquilidade do povo brasileiro deixaram de existir".

Além do de Dornelles, são considerados votos seguros para os quatro anos, no PFL, os do Senador Carlos Chiarelli (RS) e dos Deputados Alceni Guerra (PR) e Mendes Thame (SP) — embora este se declare favorável apenas a eleições para todos os níveis. Apesar de apoiar eleições gerais para 1988, a Deputada Sandra Cavalcanti (RJ) não tinha seu voto computado com segurança para os quatro anos para o Presidente Sarney. Eram feitos esforços para reverter o posicionamento dos Deputados Mário Assad e Oscar Corrêa, ambos mineiros e tendentes aos cinco anos por influência do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

Para satisfação dos defensores dos cinco anos e preo-

cupação do grupo oposto, o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, rompido com o Governo, não quis influenciar votos — embora pudesse fazê-lo, com sucesso, pelo menos sobre os cinco pernambucanos do partido na Comissão: Inocêncio de Oliveira, José Jorge, Oswaldo Coelho, Ricardo Fiúza e o suplente Gilson Machado — que deverá votar na ausência do Deputado Edme Tavares (PB).

Já que o Senador Jorge Bornhausen (SC), outro "rebelde" do PFL e também membro da cúpula, não teria, aparentemente, o mesmo poder de influência de Maciel, o PMDB foi acionado e pôs em campo o Prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, para tentar conquistar, ao menos, o voto de José Jorge. Ainda ontem, uma "tropa de choque" composta pelo Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e pelos Deputados Pimenta da Veiga (MG) e Saulo Queiroz, Secretário-Geral do PFL, tratou de obter, junto ao Deputado José Moura (PFL-PE), a garantia de que ele não lutaria por uma emenda de sua autoria, uma das poucas que estabelecem cinco anos para Sarney.

Na disputa entre presidencialistas e parlamentaristas, porém, os números são outros e a situação é considerada mais confusa por articuladores dos dois lados. É que os cinco votos para os quatro anos são também para o parlamentarismo, sistema que une, entre outros, os Deputados José Lins (CE), José Jorge (PE), Aloísio Chaves (PA), Arnaldo Prieto (RS) e Thomaz Nonô (AL), além do Senador Afonso Arinos (RJ), Presidente da Comissão de Sistematização.

## Disposições transitórias têm assuntos polêmicos

BRASÍLIA — A fixação do mandato do Presidente José Sarney e a data de implantação do parlamentarismo, assuntos que têm monopolizado as atenções dos constituintes, não são os únicos polêmicos entre os 72 artigos das Disposições Transitórias que a Comissão de Sistematização começará a votar hoje. A anistia aos militares, a implantação do parlamentarismo nos Estados, a efetivação de procuradores e a anulação das concessões de lavra que estiverem inativas serão também alvo de muita discussão.

Depois da questão do mandato, é a anistia aos militares que tem dado mais dores de cabeça aos constituintes. O texto de Bernardo Cabral — que assegura as promoções, na inatividade, dos servidores civis e militares ao cargo ou posto que teriam direito se estivessem em atividade, mas somente depois da promulgação da nova Carta — é aceito pelos militares. Mas, a pedido dos que querem ser anistiados, uma comissão — integrada entre outros, pelo Senador Fernando Henrique Cardoso

(PMDB-SP) e pela deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) — tenta negociar um acordo em torno da emenda Vilson de Souza, que inclui na anistia os praças e marinheiros e o pagamento dos atrasados.

A hipótese de acordo parecia remota ontem e era esperada pelos próprios negociadores apenas para horas antes da votação. Se ele não vier, haverá disputa em plenário, já que os "progressistas" pretendem apoiar emenda beneficiando os praças e marinheiros, enquanto deputados "moderados" querem manter o texto de Cabral, receosos de uma crise militar.

Outro ponto nevrálgico é a implantação do parlamentarismo nos Estados, prevista na emenda do Deputado Jorge Hage, do Movimento Unidade Progressista. A emenda deixa que as assembleias legislativas decidam se querem o parlamentarismo em seus Estados e, em caso positivo, quando implantá-lo, mas resguarda os mandatos dos atuais governadores. Esta é a forma de eliminar a oposição dos governadores ao

sistema. Um outro ponto passível de discussão será o parágrafo terceiro do artigo 14. O dispositivo efetiva na carreira de procurador da União os atuais assistentes jurídicos da União, os procuradores e advogados de ofício junto ao Tribunal Marítimo, os procuradores da Fazenda Nacional e os procuradores ou advogados das autarquias federais.

Os "progressistas" pretendem incluir a questão da dívida externa nas Disposições Transitórias: o MUP vai apresentar emenda para estabelecer um percentual de três a cinco por cento do PIB como limite máximo do que o País poderia remeter ao exterior como pagamento dos encargos da dívida externa.

Um outro item que deverá ser discutido é o artigo que torna sem efeito, na data da promulgação da nova Carta, as autorizações de pesquisa, as concessões de lavra e os demais títulos atributivos de direitos de mineração que estejam inativos ou sem produção. Os setores ligados à mineração estão tentando modificar o dispositivo.